



Demonstrações contábeis regulatórias

Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente



Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis regulatórias.....1

Demonstrações contábeis regulatórias

Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias.....	9



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas, Diretores e Administradores da
Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Shape the future
with confidence

Outros assuntos

A Lest Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 13 de março de 2025.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e



**Shape the future
with confidence**

suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanço patrimonial
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.042	16.458
Contas a receber de clientes	5	3.505	7.690
Tributos a recuperar		475	1.009
Outros ativos circulantes		154	334
Total do Ativo Circulante		18.176	25.491
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		-	112
Depósitos judiciais e cauções		737	602
Impostos Diferidos		210	-
Imobilizado	6	304.356	297.175
Intangíveis	7	7.222	7.222
Total do Ativo Não Circulante		312.525	305.111
Total do Ativo		330.701	330.602
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	9.038	5.138
Empréstimos	9	14.437	13.952
Debêntures	10	2.612	1.915
Dividendos a pagar	11	14.596	11.487
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	12.1	543	598
Outros passivos circulantes		1.027	1.152
Total Passivo Circulante		42.253	34.242
Não Circulante			
Empréstimos	9	188.884	196.195
Debêntures	10	35.463	35.719
Provisão contingente	13	688	741
Total Passivo Não Circulante		225.035	232.655
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	148.043	148.043
Reserva de lucros	14	148.043	143.546
Dividendos intercalares	14	38.104	-
Lucros (prejuízos) acumulados	14	(270.777)	(227.884)
Total Patrimônio Líquido		63.413	63.705
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		330.701	330.602

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita Líquida	15	55.606	63.266
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	(16.833)	(14.361)
Resultado operacional bruto		38.773	48.905
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	17	(345)	(1.630)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		38.428	47.275
Despesas financeiras	18	(19.509)	(23.291)
Receitas financeiras	18	2.161	3.101
Resultado financeiro líquido		(17.348)	(20.190)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		21.080	27.085
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(2.611)	(3.081)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	96	-
Resultado líquido do exercício		18.565	24.004

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.



Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	18.565	24.004
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>18.565</u>	<u>24.004</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva de lucros	Reserva legal			
Saldo em 01 janeiro 2023	148.043	113.632	10.828	-	(203.099)	69.404
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-
Distribuição de reserva de lucros	-	(18.115)	-	-	-	(18.115)
Constituição de reserva legal	-	-	2.439	-	(2.439)	-
Constituição de reserva de lucro	-	34.762	-	-	(34.762)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(11.588)	(11.588)
Absorção prejuízo acumulado	-	-	-	-	24.004	24.004
Saldos em 31 dezembro 2023	148.043	130.279	13.267	-	(227.884)	63.705
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	14	-	-	-	18.565	18.565
Distribuição de reserva de lucros	14	-	(4.261)	-	-	(4.261)
Constituição de reserva legal	14	-	-	3.073	(3.073)	-
Constituição de reserva de lucro	14	-	5.685	-	(5.685)	-
Dividendos mínimo obrigatório	14	-	-	-	(14.596)	(14.596)
Dividendos adicionais aprovados (i)	14	-	-	38.104	(38.104)	-
Saldos em 31 dezembro 2024	148.043	131.703	16.340	38.104	(270.777)	63.413

(i) Os dividendos adicionais propostos serão deliberados via Assembleia Geral na distribuição dos lucros de 31 de dezembro de 2024.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.080	27.085
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação - imobilizado	9.494	10.764
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	14.626	14.852
Juros, variações monetárias sobre debêntures	3.778	3.638
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	346	-
Provisão (reversão) de contingências	(53)	384
Lucro ajustado	49.271	56.723
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	3.839	(2.325)
Depósitos judiciais	(135)	(601)
Tributos a recuperar	356	(372)
Ativo fiscal diferido	(114)	-
Outros ativos	180	(207)
Fornecedores e outras contas a pagar	3.900	(3.331)
Outros passivos	(125)	326
Caixa gerado pelas atividades operacionais	57.172	50.213
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.376)	(2.432)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	54.796	47.781
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(16.675)	(32)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(16.675)	(32)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(15.748)	(26.818)
Pagamento de empréstimos	(6.673)	(5.879)
Juros pagos de empréstimos	(14.779)	(15.283)
Pagamento de debêntures	(1.350)	(559)
Juros pagos de debêntures	(1.987)	(1.947)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(40.537)	(50.486)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(2.416)	(2.737)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	16.458	19.195
No final do exercício	14.042	16.458
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(2.416)	(2.737)

As notas explicativas parte integrante das Demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL.

1.2. Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016-ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Concessão--Continuação

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias

2.1. Base de elaboração e apresentação

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.1. Base de elaboração e apresentação--Continuação

para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras regulatórias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações contábeis regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As Demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das Demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das Demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Dado o não posicionamento da ANEEL quanto a adoção e convergência dos Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, além das particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária prevista no MCSE. As práticas contábeis utilizadas são as mesmas descritas no item 3 das Demonstrações financeiras, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: São representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Juros e encargos financeiros: são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

3.1. Instrumentos financeiros

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) Classificação e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é Reapresentado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são Reapresentados para o resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração--Continuação*

Mensuração subsequente--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

b) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2024, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

“I - Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e

b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;”

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes--Continuação

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.10. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

O imposto de renda é apurado sobre a base presumida na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida reconhecida pelo regime de competência.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Correntes--Continuação

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

3.12. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.14. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.15. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2024

3.15.1 Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos relevantes nas Demonstrações contábeis regulatórias, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa	IAS 7	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	IFRS 7	01.01.2024

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

3.15.2 Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das Demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor.

A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial		01.01.2025
CPC 18 (R3) – Investimento	IAS 28	01.01.2025
CPC 02 (R2) – Efeitos das alterações nas taxas de câmbio	IAS 21	01.01.2025
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	IFRS 1	01.01.2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas	IFRS 19	01.01.2027
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 18	01.01.2027

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2025. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas Demonstrações contábeis regulatórias Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	10	4
Banco	81	116
Aplicação financeira (i)	13.951	16.338
Total	<u>14.042</u>	<u>16.458</u>

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI – FIC) e pelo Banco do Nordeste (BNB FIC FI RF REF DI), que tiveram no ano de 2024, remuneração média referenciado ao CDI de 104,89% (98,05% em 2023). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Concessionárias e permissionárias (i)	6.254	6.357
CDE (ii)	377	1.333
Antecipação de cliente	(3.126)	-
Total	<u>3.505</u>	<u>7.690</u>

- (i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$457 mil em 05/01/2025, R\$477 mil em 15/01/2025, R\$4.020 em 25/01/2025 e R\$477 mil em 05/02/2025 e R\$823 mil provenientes de créditos a serem recebidos.
- (ii) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.

Antecipação de cliente

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ciclo 2024/2025 (i)	(2.526)	-
Ciclo 2025/2026 (ii)	(600)	-
Total	<u>(3.126)</u>	<u>-</u>

- (i) Valor refere-se aos montantes homologados via resolução 3.348, na data 16/07/2024, que serão amortizados via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/24 até Jul/25).
- (ii) Valor refere-se à adiantamento de montantes já conhecidos que estarão contidos na parcela de ajusta da resolução do próximo ciclo tarifário (Jul/25 até Jul/26)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição do imobilizado em 2024 é como segue:

R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação	Valor Bruto			Depreciação acumulada			Valor líquido		
		31/12/2023	Adições (i)	31/12/2024	31/12/2023	Depreciação	31/12/2024	Adições Líquidas	31/12/2024	31/12/2023
Transmissão – Em Serviço										
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,48%	609	31	640	(67)	(29)	(96)	31	544	542
Máquinas e equipamentos	3,65%	327.859	16.609	344.468	(31.280)	(9.446)	(40.726)	16.609	303.742	296.579
Administração – Em Serviço										
Equipamentos de informática	20,00%	83	-	83	(35)	(15)	(50)	-	33	48
Máquinas e equipamentos	3,65%	-	11	11	-	(1)	(1)	11	10	-
Móveis e utensílios	10,00%	6	14	20	-	(2)	(2)	14	18	6
Subtotal		328.557	16.665	345.222	(31.382)	(9.493)	(40.875)	16.665	304.347	297.175
Transmissão - Em curso										
Sobressalentes		-	9	9	-	-	-	9	9	-
Subtotal		-	9	9	-	-	-	9	9	-
Total do Ativo Imobilizado		328.557	16.674	345.231	(31.382)	(9.493)	(40.875)	16.674	304.356	297.175

(i) Despesas referentes ao acordo para reembolso de despesas sanitárias assinado com a Camargo Corrêa Infra no âmbito do EPC.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado --Continuação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2024		31/12/2023
		Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Transmissão – Em Serviço				
Edificações, serviços civis e benfeitorias	3,48%	640	(96)	544
Máquinas e equipamentos	3,65%	344.468	(40.726)	303.742
Administração – Em Serviço				
Equipamentos de informática	20,00%	83	(50)	33
Máquinas e equipamentos	3,65%	11	(1)	10
Móveis e utensílios	10,00%	20	(2)	18
Subtotal		345.222	(40.875)	304.347
Transmissão – Em Curso				
Sobressalentes		9	-	9
Subtotal		9	-	-
Total		345.231	(40.875)	304.356

A composição das adições no imobilizado em serviço do exercício é como segue:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Transmissão - Em Serviço			
Edificações, serviços civis e benfeitorias	-	31	31
Máquinas e equipamentos	-	16.609	16.609
Administração - Em Serviço			
Máquinas e equipamentos	11	-	11
Móveis e utensílios	14	-	14
Total de adições	25	16.640	16.674

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado --Continuação

A composição das adições no imobilizado em curso do exercício é como segue:

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Transmissão - Em Curso			
Sobressalentes	-	9	9
Total de adições	-	9	9

As principais adições no imobilizado em serviço no exercício é como segue:

Descrição do bem	Taxas anuais de depreciação %	em R\$ mil
1. Unitização de Arbitragem Camargo Correa (i)	3,42%	16.609
2. Aquisição Imobilizado – Frigobar 93 litros	10%	5
3. Aquisição Imobilizado – Armário	10%	4
Total		16.618

(i) Despesas referentes ao acordo para reembolso de despesas sanitárias assinado com a Camargo Corrêa Infra no âmbito do EPC.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

R\$ Mil Em serviço	Taxas anuais médias de amortização	Valor Bruto			Amortização	Valor Líquido	
		31/12/2023	Adições	31/12/2024		31/12/2024	31/12/2023
Transmissão	0,00%	7.222	-	7.222	-	7.222	7.222
Servidões							
Total do Ativo Intangível		7.222	-	7.222	-	7.222	7.222

8. Fornecedores

Os saldos de fornecedores são compostos pelas contas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Camargo Corrêa Infra. LTDA (i)	7.447	-
Provisão de construção (ii)	552	4.368
O&M	360	359
Serviços de terceiros	297	152
Materiais	80	113
Outros	302	146
Total	9.038	5.138

- (i) Saldo refere-se ao acordo para reembolso de despesas sanitárias assinado com a Camargo Corrêa em 26/09/2024 a serem liquidados integralmente até 08/2025, no âmbito do EPC.
- (ii) Provisão referente a itens previstos no contrato de construção ainda não realizado, com a expectativa de realização ao longo de 2025.

9. Empréstimos

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	196.162	202.835	15/11/2038	Mensal	IPCA + 3,3467%
Juros	7.159	7.312			
Total	203.321	210.147			

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos -- Continuação

A movimentação do empréstimo, financiamento e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
Financiamento BNB (i)	210.147	14.626	(6.673)	(14.779)	203.321
Total	210.147	14.626	(6.673)	(14.779)	203.321
Total circulante	13.952				14.437
Total não circulante	196.195				188.884

- (i) Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste (BNB), número 5.2018.905.5889 no valor de R\$211.352.890,52 celebrado em 11 de outubro de 2018, garantido por fiança bancária emitida pelo Itaú BBA em 30 de abril de 2019, a qual foi renovada até 18 de janeiro de 2024. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculadas ao desempenho financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 não havia parcelas inadimplidas.

O financiamento, classificado no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	31/12/2024
2026	7.246
2027	8.311
2028	8.912
2029	9.109
2030 a 2038	155.306
	188.884

10. Debêntures

Movimentações contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2024	31/12/2023	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
1ª Emissão de Debêntures (i)	37.503	37.076	15/03/2034	Semestral	IPCA + 5,3649%
Juros	572	558			
Total	38.075	37.634			

- (i) Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R\$27.000.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023.

Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures --Continuação

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2023	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2024
1ª Emissão de Debêntures (i)	37.634	3.778	(1.350)	(1.987)	38.075
Total	37.634	3.778	(1.350)	(1.987)	38.075
Total circulante	1.915				2.612
Total não circulante	35.719				35.463

As debêntures, classificadas no passivo não circulante, tem seu vencimento assim programado:

	31/12/2024
2026	2.171
2027	2.960
2028	4.342
2029	4.737
2030 a 2034	21.253
	35.463

11. Dividendos a Pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	31/12/2023	Dividendos mínimo obrigatório	Distribuição de reserva de lucros	Dividendos pagos		31/12/2024
				Via dividendos mínimos obrigatórios de 2023	Via distribuição de reserva de lucros	
Sertões Holding S.A.	11.487	14.596	4.261	(11.487)	(4.261)	14.596
Total	11.487	14.596	4.261	(11.487)	(4.261)	14.596

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social a pagar

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a companhia reconhece a RAP:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional	58.583	66.583
Base presunção IRPJ 8%	4.687	5.327
Base presunção CSLL 12%	7.030	7.990
Outras receitas	-	-
Receitas financeiras	2.161	3.101
Base de IRPJ	6.848	8.428
Despesa de IRPJ	(1.688)	(2.083)
Base de CSLL	9.191	11.091
Despesa de CSLL	(827)	(998)
Despesa de IRPJ e CSLL	(2.515)	(3.081)
Imposto de renda e contribuição social diferido	96	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.611)	(3.081)

12.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial dos impostos a pagar	598	570
Impostos calculados	2.611	3.081
Impostos deduzido	(290)	(621)
Impostos pagos	(2.376)	(2.432)
Saldo final dos impostos a pagar	543	598

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui 22 processos de servidão e 1 processo de reparação de danos materiais com prognóstico provável.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisão para contingências	688	741
Total	688	741

Perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui 1 processo civil sem valor potencial de perda e 1 processo trabalhista com prognóstico possível no valor de R\$ 410.

14. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é representado somente por ações ordinárias, da seguinte forma:

	<u>31/12/2024</u>			<u>31/12/2023</u>		
	Quantidade de ações	Valor	% do capital social	Quantidade de ações	Valor	% do capital social
Sertões Holding	90.435.006	148.043	100%	90.435.006	148.043	100%
	90.435.006	148.043	100%	90.435.006	148.043	100%

Não houve alteração no capital social durante o exercício de 2024.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido -- Continuação

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido/Prejuízo do exercício (Societário)	61.458	48.789
Base da reserva legal	61.458	48.789
Reserva legal (5%)	3.073	2.439
Saldo inicial	13.267	10.828
Calculado no ano	3.073	2.439
Total	16.340	13.267

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme divulgado no estatuto social da Companhia, "do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício (Societário)	61.458	48.789
Reserva legal (5%)	(3.073)	(2.439)
Base para dividendos	58.385	46.350
Alíquota	25%	25%
Dividendos mínimos propostos	14.596	11.588
Dividendos adicionais propostos	38.104	-
Total de dividendos propostos	52.700	11.588

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido -- Continuação

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício (Societário)	61.458	48.789
Reserva legal (5%)	(3.073)	(2.439)
Dividendos mínimos obrigatório	(14.596)	(11.588)
Dividendos adicionais propostos	(38.104)	-
Reserva de lucros	5.685	34.762
Saldo inicial	130.279	113.632
Distribuição de reserva de lucros	(4.261)	(18.115)
Calculado no ano	5.685	34.762
Dividendos adicionais propostos	38.104	-
Total	169.807	130.279

Lucro por ação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício societário	18.565	24.004
Lucro por ação	0,2053	0,2654

Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(227.884)	(203.099)
Lucro do exercício regulatório	18.565	24.004
Constituição das reservas	(8.758)	(37.201)
Dividendos mínimos obrigatórios	(14.596)	(11.588)
Dividendos adicionais propostos	(38.104)	-
Saldo final	(270.777)	(227.884)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	31/12/2024	31/12/2023
(-) Tributos sobre a receita	(2.138)	(2.430)
(-) Encargos do consumidor	(839)	(886)
Receita anual permitida	58.583	61.666
Receita CDE	-	4.916
Total	55.606	63.266

16. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os saldos dos custos e despesas operacionais especificados na demonstração de resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto.

	31/12/2024	31/12/2023
Custo com depreciação e amortização	(9.475)	(10.750)
Custo com serviços de terceiros (i)	(2.644)	(4.551)
Custo com pessoal (ii)	(2.067)	(465)
Demais custos	(1.910)	(642)
Custo com matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(276)	(301)
Custo com materiais	(237)	(273)
Custo com provisão contingente	(233)	-
Custo com pagamento contingente	(29)	-
Reversão de provisão	38	2.621
Total	(16.833)	(14.361)

- (i) Serviços de O&M com redução devido à internalização de mão de obra de alguns contratos de engenharia.
(ii) Aumento no custo devido à internalização de contratos de O&M.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras despesas e receitas operacionais

Os saldos de outras despesas e receitas operacionais são compostos pelas contas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(825)	(990)
Tributos	(134)	(59)
Depreciação e amortização	(18)	(13)
Despesa com internet e telefonia	(7)	(460)
Gastos diversos	639	(108)
Outras receitas e despesas operacionais	(345)	(1.630)

18. Resultado financeiro

Os saldos do resultado financeiro são compostos pelas contas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre empréstimos	(14.626)	(14.852)
Juros sobre debentures	(3.778)	(3.638)
Passivo financeiro setorial	(62)	-
Multas e acréscimos moratórios	(325)	(40)
IOF, Comissões e taxas	(718)	(4.673)
Outras despesas financeiras	-	(88)
Despesas Financeiras	(19.509)	(23.291)
Receita com aplicações financeiras	2.026	2.824
Juros sobre mútuo	135	277
Receitas Financeiras	2.161	3.101
Resultado financeiro líquido	(17.348)	(20.190)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (i)	Risco Operacional	70.000	08 de maio de 2024 até 08 de maio de 2025
Chubb Seguros Brasil (ii)	Responsabilidade Civil Geral	20.000	06 de maio de 2024 até 06 de maio 2025

- (i) Seguro de risco operacional, com apólice 960 0000003490, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 353.
- (ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0043857.28, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$20 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$ 59.

20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Caixa e equivalente de caixa	2	14.042	16.458
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias e permissionárias	2	6.631	7.690
Passivo mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	2	203.321	210.147
Debêntures	2	38.075	37.634
Fornecedores	2	9.038	5.138

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

20.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.1 Fatores de risco financeiro --Continuação

tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 2,74% em 31 de dezembro de 2024.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

20.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário	31/12/2023 Regulatório	Ajuste	31/12/2023 societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		14.042	-	14.042	16.458	-	16.458
Contas a receber de clientes		3.505	-	3.505	7.690	-	7.690
Tributos a recuperar		475	-	475	1.009	-	1.009
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	56.933	56.933	-	54.461	54.461
Outros ativos circulantes		154	-	154	334	-	334
Total do Ativo Circulante		18.176	56.933	75.109	25.491	54.461	79.952
Não Circulante							
Realizável a longo prazo							
Tributos a recuperar		-	-	-	112	-	112
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	567.378	567.378	-	516.171	516.171
Depósitos judiciais e cauções		737	-	737	602	-	602
Impostos Diferidos	(iii)	210	(210)	-	-	-	-
Imobilizado	(ii)	304.356	(304.296)	60	297.175	(297.123)	52
Intangíveis	(ii)	7.222	(7.222)	-	7.222	(7.222)	-
Total do Ativo Não Circulante		312.525	255.650	568.175	305.111	211.826	516.937
Total do Ativo		330.701	312.583	643.284	330.602	266.287	596.889
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		9.038	-	9.038	5.138	-	5.138
Empréstimos		14.437	-	14.437	13.952	-	13.952
Debêntures		2.612	-	2.612	1.915	-	1.915
Dividendos a pagar		14.596	-	14.596	11.487	-	11.487
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		543	-	543	598	-	598
Outros passivos circulantes		1.027	-	1.027	1.152	-	1.152
Total Passivo Circulante		42.253	-	42.253	34.242	-	34.242
Não Circulante							
Empréstimos		188.884	-	188.884	196.195	-	196.195
Debêntures		35.463	-	35.463	35.719	-	35.719
Provisão contingente	(i)	688	-	688	741	-	741
Impostos Diferidos	(iii)	-	41.806	41.806	-	38.403	38.403
Total Passivo Não Circulante		225.035	41.806	266.841	232.655	38.403	271.058
Patrimônio Líquido							
Capital social		148.043	-	148.043	148.043	-	148.043
Reserva de lucros		148.043	-	148.043	143.546	-	143.546
Dividendos intercalares		38.104	-	38.104	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(iv)	(270.777)	270.777	-	(227.884)	227.884	-
Total Patrimônio Líquido		63.413	270.777	334.190	63.705	227.884	291.589
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		330.701	312.583	643.284	330.602	266.287	596.889

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	Notas	31/12/2024 Regulatório	Ajuste	31/12/2024 societário	31/12/2023 Regulatório	Ajuste	31/12/2023 societário
Receita Líquida	(v)	55.606	51.720	107.326	63.266	14.499	77.765
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(16.833)	(7.174)	(24.007)	(14.361)	10.750	(3.611)
Resultado operacional bruto		38.773	44.546	83.319	48.905	25.249	74.154
Despesas e receitas operacionais							
Outras despesas e receitas operacionais	(vi)	(345)	-	(345)	(1.630)	-	(1.630)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		38.428	44.546	82.974	47.275	25.249	72.524
Despesas financeiras	(vii)	(19.509)	-	(19.509)	(23.291)	-	(23.291)
Receitas financeiras		2.161	-	2.161	3.101	-	3.101
Resultado financeiro líquido		(17.348)	-	(17.348)	(20.190)	-	(20.190)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		21.080	44.546	65.626	27.085	25.249	52.334
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.611)	-	(2.611)	(3.081)	-	(3.081)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(iii)	96	(1.653)	(1.557)	-	(464)	(464)
Resultado líquido do exercício		18.565	42.893	61.458	24.004	24.785	48.789

i. Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- a) Receita de implementação da infraestrutura – Serviços da implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário--Continuação

i. Ativo de contrato e concessão--Continuação

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão – Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto então sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção – Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórias, deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

ii. Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário-- Continuação

ii. Imobilizado e intangível--Continuação

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

iii. Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06 (R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

iv. Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Patrimônio líquido societário

Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	
Impostos diferido (CPC 47)	
Patrimônio líquido regulatório (Passivo a descoberto)	

	31/12/2024	31/12/2023
	334.190	291.589
	(624.311)	(570.632)
	311.518	304.345
	42.016	38.403
	63.413	63.705

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário-- Continuação

v. Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

vi. Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

vii. Resultado líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido societário	61.458	48.789
Receita Líquida (CPC 47)	(51.720)	(14.499)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	7.174	(10.750)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	1.653	464
Resultado líquido regulatório	18.565	24.004

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Evento subsequente

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das demonstrações financeiras regulatórias.

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9